



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ofício nº 455/2017 – GP/SGP

Curitiba, 18 de dezembro de 2017.

Senhor Presidente,

Em atenção ao solicitado por Vossa Excelência mediante o Ofício n.º 65-Afisa-PR/2017, referente ao Projeto de Lei n.º 151/2017, encaminho informações prestadas pela Diretoria Legislativa desta Casa de Leis, conforme às fls. 05/09, do Protocolo n.º 13370/2017- ALEP.

Outrossim, informa-se que as informações ora prestadas encontram-se no site da Assembleia, no link <http://www.alep.pr.gov.br/transparencia/plenario/controle-de-votacoes/> e o Diário citado no link [http://www.alep.pr.gov.br/atividade parlamentar/diarios da assembleia](http://www.alep.pr.gov.br/atividade_parlamentar/diarios_da_assembleia)

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero meus cordiais cumprimentos, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.


Ademir Luiz Traiano
Presidente

Senhor
RUDMAR LUIZ PEREIRA DOS SANTOS
Presidente da AFISA-PR
NESTA CAPITAL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Protocolo nº 13370/2017

Interessado: **Associação dos Fiscais da Defesa Agropecuária do Estado do Paraná (AFISA-PR)**

Assunto: **Solicitação**

A respeito do solicitado na fl. 2, informo que a votação da redação final do Projeto de Lei nº 151/2017, foi simbólica e não houve manifestação contrária, conforme consta em Ata nº 64, publicada no Diário da Assembleia nº 1.327, de 14 de julho de 2017, cópia em anexo.

O solicitante pode localizar as votações das Proposições no site da Assembleia, no link <http://www.alep.pr.gov.br/transparencia/plenario/controle-de-votacoes/> e o Diário citado no link [http://www.alep.pr.gov.br/atividade parlamentar/diarios da assembleia](http://www.alep.pr.gov.br/atividade_parlamentar/diarios_da_assembleia).

Centro de Pesquisa e Documentação, 14 de dezembro de 2017.

Ronaldo Moselli
Coordenador
Matricula nº 40.952

1. Ciente.
2. Encaminhe-se à Secretaria-Geral da Presidência.

Dylliardi Alessi
Diretor Legislativo

Sessões Plenárias

Sessão Ordinária

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 11 de julho de 2017 - Ata n.º 64.

Aos onze dias do mês de julho de dois mil e dezessete, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, de acordo com o painel eletrônico, foi registrada a presença dos seguintes Parlamentares: Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Curi (PSB), Cláudia Pereira (PSC), Cláudio Palozzi (PSC), Delegado Recalcatti (PSD), Fernando Scanavaca (PDT), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Marcio Pauliki (PDT), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Pastor Edson Praczyk (PRB), Pedro Lupion (DEM), Requião Filho (PMDB), Tercilio Turini (PPS) e Tião Medeiros (PTB) (17 Parlamentares). O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, secretariado pelos Sr. Deputados Cláudia Pereira (na função de 1.º Secretária) e Jonas Guimarães (2.º Secretário), "sob a proteção de DEUS", iniciou os trabalhos da 64.ª Sessão Ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da 18.ª Legislatura. O Sr. 2.º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.º 63, de 10/7/2017), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Sr. Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem ratificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, a Sr. 1.ª Secretária procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofício: (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) Protocolo n.º 3.507/2017, Ofício n.º 248/2017 do Defensor Público Geral e da Subdefensora Pública Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná, encaminhando à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar (anexo sob o n.º 4/2017), que objetiva alterar e incluir dispositivos na Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Relatórios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) Protocolo n.º 3.508/2017, Ofício n.º 69/2017 do Deputado Tadeu Veneri, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, encaminhando o relatório semestral das atividades realizadas pela Comissão; Protocolo n.º 3.509/2017, Ofício n.º 17/2017 do Deputado Gilson de Souza, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, encaminhando o relatório semestral das atividades realizadas pela Comissão; Protocolo n.º 3.510/2017, Ofício n.º 18/2017 do Deputado Elio Ruschi, Presidente da Comissão de Tomada de Contas, encaminhando o relatório semestral das atividades realizadas pela Comissão; Protocolo n.º 3.511/2017, Ofício n.º 70/2017 do Deputado Cláudio Palozzi, Membro do Bloco Parlamentar Temático Agropecuário, encaminhando o relatório semestral das atividades realizadas pelo Bloco; Protocolo n.º 3.512/2017, do Deputado Rasca Rodrigues, Presidente da Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais, encaminhando o relatório semestral das atividades realizadas pela Comissão; Protocolo n.º 3.513/2017, Ofício n.º 32/2017 do Deputado Nelson Justus, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhando o relatório semestral das atividades realizadas pela Comissão; Protocolo n.º 3.514/2017, Ofício n.º 53/2017 do Deputado Paulo Litro, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude, encaminhando o relatório semestral das atividades realizadas pela Comissão; Protocolo n.º 3.517/2017, da Deputada Cantora Mara Lima, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, encaminhando o relatório semestral das atividades realizadas pela Comissão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Finda a leitura do Expediente. Olha, temos apenas um orador inscrito no Pequeno Expediente e já vou anunciá-lo, Deputado Marcio Pauliki.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr. Deputados, Marcio Pauliki, e Tadeu Veneri (também fez uso do horário da Liderança do PT).

DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT): Presidente Traiano e demais Deputados, estamos aqui na tribuna hoje para fazer um esclarecimento em relação

a um pedido de informações que fizemos à Sanepar sobre a redução da taxa mínima de 10 m³ para 5m³. Desde 2015 estamos fazendo aqui vários Requerimentos, vários processos em relação a essa possibilidade da redução da taxa mínima ou até a extinção da taxa mínima, para que os consumidores paranaenses possam pagar por aquilo que verdadeiramente consomem. Fizemos um pedido em 5 de junho de 2015, mais um em 2016 e mais um em 2017, pedindo também mais transparência nas contas de água e inclusive um dos nossos pedidos foi também o recrudescimento dos 80% da taxa de esgoto, que é um valor muito alto. O que as pessoas já gastam consumindo água, gastam também na hora em que ela vai embora. Na verdade, poderíamos ter essa taxa de esgoto também de forma decrescente, de acordo com o consumo das famílias mais humildes, reduzindo esses 80%. Esse é um pedido que já é de tempo que estamos fazendo aqui na Casa, mas em nossos últimos pedidos de informação não ficamos satisfeitos, não estamos entendendo como justa essa redução de 10 para cinco porque quando houve esse anúncio – inclusive eu estava com o Presidente da Sanepar nesse momento –, até saudamos, parabenizamos: *Puxa, que bom! Agora as pessoas que consomem cinco, seis, sete não pagarão mais o valor de 10m³, que era R\$ 33,00, R\$ 34,00 mais 80% da taxa de esgoto.* Mas, para a nossa surpresa, a redução de valores foi insignificativa, foi praticamente nula. Houve, claro, o aumento da tarifa de 8,53 e que até parte dos consumidores até 20m³ não acabou tendo impacto tão alto desses 8,5, o impacto de 3%, 4%, mas na nossa concepção esses valores poderiam ser muito menores, poderiam cair quem sabe até pela metade, de R\$ 34,00 para R\$ 17,00, R\$ 18,00 e depois, sim, as pessoas pagariam o excedente a partir do quinto metro cúbico, no sexto, no sétimo até o 10.º. Portanto, queremos deixar claro aqui que não estamos achando justa essa redução da tarifa mínima em valores. Deveria ser reduzido muito mais e inclusive é algo que estamos aqui, os Deputados de Ponta Grossa, convictos disso – inclusive vi uma matéria do Deputado Plauto, que também não acredita que seja justa essa mudança. Portanto, estamos fazendo aqui um pedido para que a Sanepar possa rever esses valores, possa rever essa taxa mínima, quem sabe até acabar com ela e as pessoas poderem pagar por aquilo que consomem. Mas, é importante que neste momento de economia difícil, em que as famílias mais humildes estão pensando, possamos, junto com o Governo do Estado, auxiliá-las cada vez mais. Entendo que é um pedido importante que estamos fazendo ao Governo e entendo que a Sanepar vai poder quem sabe rever esse processo, principalmente em relação ao percentual da taxa de esgoto, que é o que realmente encarece hoje a tarifa de água aqui no Estado do Paraná. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr. Deputados e Sr. Deputadas, realizamos hoje três Comissões conjuntas, Professor Tercilio, a Comissão de Ciência e Tecnologia, está lá o Deputado Péricles, da Comissão de Cultura, e a Comissão de Direitos Humanos. Realizamos junto com vários Deputados uma Audiência Pública para que pudesse ser debatida a situação das universidades no Estado do Paraná e toda essa polêmica que já vem há algum tempo sendo feita a respeito de uma série de situações, entre elas o Meta 4, que na verdade é um software comprado parece-me que em 1990 e que tem por objetivo fazer a administração ou o controle do fluxo de recursos das universidades e do Governo do Estado também, nada mais do que isso. Entretanto, isso virou nos últimos tempos uma forma ou uma tentativa de o Governador, de o Governador Carlos Alberto controlar as universidades, inclusive a sua produção científica, uma vez que através do Meta 4 o Governo quer dizer quem pode e quem não pode sair, quem pode viajar, quem não pode viajar, como serão pagas as diárias, como não serão pagas, enfim, ter o controle da universidade como se a universidade não fosse um espaço público e com autonomia e sim como se fosse, Deputado Tercilio, V.Ex.ª que foi um dos proponentes dessa Audiência, aliás, foi o proponente e o seguimos na sequência, mas tratam o Governador Carlos Alberto e o seu Secretário da Fazenda, a universidade como se ela fosse um departamento do Governo, como se ela fosse uma Secretaria a mais, como se ele pudesse dizer para a Secretaria aquilo que ela deve fazer. E acho que o processo foi interessante, porque ele nos traz algumas informações que são relevantes e que nesse debate que vinha sendo feito estavam colocadas em segundo plano. Primeiro com relação à pesquisa, à produção científica, o professor Mauro Luciano Barreiros, Reitor da Universidade Estadual de Maringá, deu uma informação que é relevante, Deputado Rasca, que 97% da produção científica vem das universidades públicas, e mais ainda, são as universidades públicas que garantem os professores para as universidades privadas, coisa que não se fala quando se fala em custo das universidades. A universidade pública permite um mínimo de equilíbrio entre o interior e a capital e se não fosse assim teríamos hoje, temos 100 mil alunos nas universidades públicas, a maioria no interior do Estado, e se não fosse assim teríamos a maioria em Curitiba. Noventa por cento dos alunos que estão nas universidades públicas

são do Paraná e 50% são oriundos de cursos noturnos. Ou seja, aquele discurso de que a universidade recebe uma grande quantidade de pessoas de outros estados, que as pessoas que estão ali têm um alto poder aquisitivo, que não se produz conhecimento na universidade, ele *cai por terra* com os números absolutos, a não ser que alguém traga outros números, daí poderemos debater. O que me chama a atenção também é que quando discutimos o Meta 4 e o Tide, ambos estão ligados, porque o Tide, que é um processo que para alguns é gratificação e para outros é contrato de trabalho, entendem assim os Reitores, que é um contrato de trabalho e não uma gratificação, é a forma que se tem de trazer inclusive profissionais para dentro da universidade. Em menos de 10 anos a Universidade Estadual de Maringá será, com essa política que o Governador quer adotar, uma universidade privada e o Meta 4, como dissemos, é um controle político do Governo. O curso de medicina de Maringá está entre os mais concorridos do Brasil, falou-se em 350 por vaga, talvez só perca para Ponta Grossa, que tem 600 por vaga, porque Ponta Grossa tem um menor número de vagas. Mas, o que chama a atenção também são os dados trazidos por técnicos da universidade. De 2005 a 2010 cresceu o investimento nas universidades, cresceu a folha de pessoal em 74% e de 2011 a 2016 ela cresceu 60%. Portanto, ela cresceu menos no Governo Richa do que no Governo Requião... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Tadeu, V.Ex.ª pode usar o horário do PT.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Então, pergunto ao meu Líder se posso usar o horário do Partido dos Trabalhadores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok. Mais 10 minutos.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): A universidade gera desenvolvimento e esse desenvolvimento está expresso em várias situações e uma delas, Deputado Hussein Bakri, V.Ex.ª que da mesma forma que eu é de União da Vitória e sabe o que significa a Unespar para União da Vitória, sabe o que significa aquela cidade que tem nas cidades pequenas, no entorno uma grande quantidade de alunos. Só para ter um dado, obviamente que não é só para a Unespar, mas também para a Unespar, General Carneiro, que é um município muito pequeno, cerca de 10 mil habitantes, a 60 quilômetros, 50 quilômetros de União da Vitória, diariamente – estive lá esta semana – manda para União da Vitória, Professor Tercilio, 250 alunos. Diariamente. Se pegarmos a Universidade de Guarapuava, diariamente ela recebe dezenas, centenas, milhares de alunos no seu entorno; Maringá, Londrina, todas as cidades recebem centenas de alunos do entorno daquelas cidades para as universidades. E aí chega um dado, Deputada Claudia, V.Ex.ª que tem universidade também, a Unioeste, em Foz do Iguaçu, que também tem *campus* em Foz do Iguaçu, como tem em Francisco Beltrão, como tem a UEM, a UEL, espalhados por todo o Estado, mas tem um dado que acho que é muito interessante, a universidade gera para cada real investido – isso são dados do orçamento – um retorno de R\$ 3,80. Dr. Batista, o senhor que é de Maringá e sabe o que significa a Universidade Estadual de Maringá. Três reais e oitenta centavos. O Governo arrecada cerca de 35% em impostos gerados por esse 3,80. Fazendo o cálculo, o Governo arrecada R\$ 1,33 para cada real investido, ou seja, a universidade dá lucro para o Governo para aquilo que ele investe. Diferente do discurso que é feito inclusive aqui, talvez até porque não tenhamos muitas vezes o conhecimento de todos os números, Deputado Requião, mas diferente do discurso que é feito aqui e muitas vezes fora daqui a universidade, ao invés de ser gasto, é investimento. Tanto é investimento que esses números obviamente estão aqui para serem contestados com outros números e debatidos. Acho que devemos fazer esse debate, porque esse debate é importante para que tenhamos de fato um ponto médio entre aquilo que alguns entendem como sendo o papel da universidade em uma ponta e aqueles que entendem que seja o papel da universidade em outra e precisamos chegar ao entendimento, até porque se não o fizermos, teremos graves problemas com a universidade. Mas, quando falo que o Tide não é gratificação, é regime de trabalho, isso está inclusive assegurado, assim como a autonomia, nos arts. 207 e 180 da Constituição Federal e da Constituição Estadual. Então, o que vimos hoje foi um debate bastante rico do ponto de vista de informações e ainda assim tiramos duas informações que achamos relevantes também, Sr. Deputados, a UEPG e a Unicentro não aderiram ao Meta 4. Diferente do que foi dito, a UEPG e a Unicentro, assim como a UEL, como a Unioeste e a UEM não aderiram ao Meta 4. As duas únicas universidades que aderiram ao Meta 4 são a Universidade de Jacareizinho e a Unespar, que é um *campus*, que é *multicampi* e que tem hoje um grande problema e, aliás, como lembrou o Deputado Péricles, talvez seja a universidade que tenha o maior número de problemas na sua estruturação, até porque Paranavai tem um *campus* da Unespar, assim como Paranaguá, União da

Vitória, Curitiba, várias cidades do Paraná, mas tem uma dificuldade muito grande de obter recursos. União da Vitória, por exemplo, não está conseguindo contratar professores para suprir aqueles que saem porque se aposentam ou que saem porque não têm mais condições de continuar fazendo o seu trabalho, mas ainda assim gera pesquisa, gera desenvolvimento. E aí acho que chegamos em um dos pontos que talvez seja mais polêmico, Deputado Evandro, V.Ex.ª que esteve, como estiveram também o Deputado Neireu e outros Deputados, na Audiência, o ponto mais polêmico, que são as declarações a respeito do custo/aluno por universidade. E me surpreende porque mais uma vez o custo/aluno por universidade, que para o Tribunal de Contas chega a R\$ 12 mil, R\$ 14 mil, ele é totalmente desmontado quando você vê o método ou a metodologia que foi adotada. Pegar o orçamento de 2016 e dividir, essa é a informação que temos e vamos fazer inclusive, foi uma das deliberações dessa Audiência que o Deputado Péricles presidiu, fazer um pedido de informações ao Tribunal de Contas, Professor Tercilio, como hoje entendemos que devemos fazê-lo, todos os Deputados que estavam presentes, para que o Tribunal de Contas nos diga qual metodologia adotou para chegar ao valor de R\$ 12 mil, R\$ 13 mil por aluno, porque há um dado – e não sei se ele é real ou não, porque foi falado, não foi apresentado documentalmente –, mas há um dado que se for de fato verdadeiro, ele coloca em xeque o próprio Tribunal de Contas. Coloca em xeque o próprio Tribunal de Contas, o que é absolutamente grave porque o que foi dito é que o Tribunal de Contas pegou os dados de 2016, do orçamento de 2016, portanto do ano passado, os valores que foram investidos, foram apropriados do orçamento nas universidades, e dividiu pelo número de formandos de 2014. Primeiro, já há uma aberração nesse processo em você dividir o custo total do orçamento pelos formandos como se – já tivemos a oportunidade de falar isso aqui – na universidade alguém fizesse o concurso vestibular, entrasse no último ano e durante aquele ano estivesse formado, como se não houvesse pesquisa, não houvesse extensão, não houvesse nenhum outro tipo de trabalho, não houvesse, como foi dito também, atendimento comunitário. O professor Tercilio já teve a oportunidade de colocar isso aqui, como se não houvesse Hospitais Regionais, não houvesse produção científica, simplesmente o senhor José da Silva faz vestibular, passa no vestibular, entra lá em União da Vitória, em Paranavai, em Francisco Beltrão, em Londrina ou em Maringá no último ano da universidade e aí pegam todo o custo da universidade e dividem pelo último ano. Falava ontem com o Deputado Elio e ele me dava uma informação, que o *campus* lá da sua cidade, Deputado Elio, de Marechal Cândido Rondon, teve há alguns anos um número muito pequeno de formandos em história – V.Ex.ª me confirma isso inclusive. É como se pegássemos esse número pequeno de formandos em história, que por diversas razões outros foram desistindo, saíram da faculdade, e dividíssemos o custo do curso todo por aquele número de formandos, cinco, 10 formandos, três formandos, que custaram durante o ano todo, os quatro anos, R\$ 500 mil. Qual a conclusão brilhante de quem fez esse estudo? Que cada aluno custou em torno de R\$ 180 mil, R\$ 200 mil. Ou seja, o gênio chegou à conclusão de que cada aluno custava em torno de R\$ 20 mil. Nem Harvard talvez custe isso, mas aqui no Paraná, para alguns dos nossos excelentes burocratas, custa isso. Então, é preciso desmontar essa versão que é vendida para a imprensa não sei se intencionalmente ou por equívoco, porque quando se fala em universidade, estamos falando em produção de conhecimento independente, não manietada e não com interferência política. E foi em cima disso que tiramos, Deputado Recalcatti, algumas deliberações, entre elas a deliberação de fazermos junto com o Comitê em Defesa das Universidades Públicas e a Frente Parlamentar que está se formando diversas Audiências Públicas, de preferência em todas as cidades onde temos a universidade no polo, como é o caso de Cascavel, como é o caso de Maringá, de Londrina, como é o caso de Jacareizinho, como é o caso aqui em Curitiba, Paranavai, Campo Mourão, fazermos as Audiências Públicas, convidamos a sociedade civil organizada, convidamos o sindicato, o Ministério Público, a Defensoria Pública e fazemos um grande apelo para que os Deputados daquelas cidades possam estar presentes também, independente da sua posição. Então, vamos convidar os Deputados de Foz do Iguaçu, de Dois Vizinhos, de Francisco Beltrão, de Maringá, de Londrina, de Paranavai, de Cascavel, de Unuarama para que estejam nas Audiências Públicas e obviamente que possamos fazer esse debate de uma forma muito tranquila. Creio que essa é talvez uma das melhores contribuições que a Assembleia Legislativa poderá dar para que definitivamente possamos trazer esse debate para a sociedade de uma forma não passional, mas de uma forma que nos permita a todos interferir e interferir positivamente nesse debate. E, por último, acho que é importante lembrarmos que infelizmente, apesar de ter confirmado, não houve nenhuma, absolutamente nenhuma pessoa que viesse aqui representar o Sr. Carlos Alberto ou o Secretário, ninguém. Parece que, Deputado Araújo, parece que o Governador Carlos Alberto tem dificuldade em mandar representantes quando se trata de ouvir algumas coisas que não são agradáveis aos seus ouvidos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Tadeu, um minuto para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Apesar de não ter vindo nenhum representante do Governo do Estado, esse debate vai continuar, certamente no segundo semestre teremos desdobramentos dele e esperamos que a partir desses desdobramentos se archive definitivamente essa ideia ridícula de colocar o Meta 4 como uma ferramenta de controle das nossas universidades, porque a universidade não é do Reitor, não é dos alunos, não é do professor, mas também não é do Carlos Alberto e nem do seu Secretário, que às vezes pensa que aquilo lá é um departamentozinho burocrático para ele dizer quanto vai gastar se quiser viajar, quanto vai gastar se quiser fazer extensão. Isso a sociedade não aceitará. E o senhor Carlos Alberto e o seu Secretário Mauro Ricardo espero que não *paguem para ver*, porque se *pagarem para ver*, irão ver aquilo que não querem. Acho que esse é o nosso papel. E faço mais uma vez o convite para todos os Deputados de todas as regiões, participem das Audiências Públicas e contribuam para o debate. Obrigado, Sr. Presidente e Sr. Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Vamos ao horário do Grande Expediente, Deputado Hussein Bakri. Registro a presença dos alunos do ensino médio do Colégio Estadual Professora Etelvina Cordeiro Ribas, de Curitiba, acompanhados pelos professores Luzinaide e Cristiano. Sejam bem-vindos à Casa.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, demais Deputados e plateia que nos assiste aqui, gostaria de fazer uma solicitação à Mesa desta Casa, que reforçasse o convite feito ao Presidente da Rodonorte, já feito através de Requerimento nesta Casa, subscrito por este Parlamentar e pelo Deputado Alexandre Guimarães. Portanto, Sr. Presidente, gostaria que o senhor reforçasse na volta dos trabalhos que o Presidente da rodovia Rodonorte se fizesse presente aqui, porque fizemos um convite educadamente. Os problemas nessa rodovia que é administrada por eles persistem, quem viaja por ali sabe do que estou falando e se faz necessário. Ai, se o convite não for aceito, estaremos partindo para uma convocação do Presidente da Rodonorte. Então, é só o pedido que faço. De repente a Casa, em algum momento, não o fez. Senhor Presidente, estou me deparando aqui e quero mostrar para os colegas, não sei se tiveram conhecimento que o TCE – prestem atenção –, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná pode acabar com mais de 100 municípios. Prestem atenção. Essa é uma matéria do jornal do final de semana. Todos sabem que o Tribunal de Contas é um braço da Assembleia Legislativa, respeito muito esse Poder constituído, mas me preocupa muito a maneira com que está sendo tratada essa questão. Até de repente se eles forem tratar como um ou outro Conselheiro trata a questão política, que beneficia parentes seus em detrimento das contas de alguns municípios, isso me preocupa bastante, se esse *modus operandi* for acontecer em relação aos municípios. Portanto, quero deixar um alerta aqui a todos os Deputados. Se for a régua deles, como é de um ou de outro Conselheiro, vamos ter sérios problemas nos municípios. E quero aqui, Sr. Presidente, me associar à Associação dos Municípios do Paraná, ao Marcel Micheletto e aos demais Prefeitos do Paraná. Entendo que alguns municípios realmente foram desmembrados de forma... É justo reconhecer isso, mas qual o critério que está sendo usado? Qual a maneira que está sendo colocada para se discutir a possibilidade? E vejam bem, ela existe, ela é legal. Não estou inventando nada aqui e o Tribunal de Contas aventa a possibilidade de catalogar a extinção de 100 municípios. Câ entre nós, para as máquinas e vamos rediscutir essa questão com muita capacidade. Respeito, não quero aqui generalizar o Tribunal, existem Conselheiros sérios, dedicados, bons, mas também sei que tem Conselheiros que só têm o viés político...

Deputado Nelson Luersen (PDT): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Concedo um aparte. Pois não, Deputado Nelson

Deputado Nelson Luersen (PDT): Olha, Deputado, é um verdadeiro absurdo o Tribunal de Contas se posicionar dessa forma. Para começar, o Tribunal de Contas não legisla e não executa, ele é um órgão auxiliar da Assembleia Legislativa do Paraná para fiscalizar. E os municípios são viáveis, sim. Esses pequenos municípios que se emanciparam, se não fossem as suas emancipações teriam virado terra de ninguém, as sedes dos Distritos estariam todas abandonadas e estão lá gerando emprego, gerando renda, mantendo a população no campo, mantendo a população nos pequenos municípios. Então, acho que não tem cabimento o

Tribunal de Contas discutir isso. Se fosse lá no Congresso Nacional ou aqui na Assembleia que tivéssemos essa discussão, aí seria o lugar apropriado, mas não no Tribunal de Contas. Para o Tribunal de Contas cabe fiscalizar e ver o que está errado nas prestações de contas dos municípios, das entidades do Estado ou aferir aquilo que está certo. Então, esse é o papel do Tribunal de Contas. Acho que esse posicionamento, tenho certeza de que não é de todos os Conselheiros, deve ser um posicionamento isolado de algum membro do Tribunal de Contas. Mas, parabéns a V.Ex.^a, que sai em defesa dos pequenos municípios, que fazem um brilhante trabalho em prol do povo que lá reside.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado, Deputado Nelson. Fico feliz que o senhor se associe a esta preocupação. Deputado Corti, quer um aparte? Pois não, fique à vontade.

Deputado Luís Corti (PSC): Quero aqui saudá-lo, nobre Deputado, por levantar um assunto tão sério para a nação e para o Estado do Paraná. Evidentemente que aquilo que foi construído com muita luta de gente que levantou bandeiras e que conseguiu nos quadrantes distantes do Estado do Paraná instalar estruturas que passaram a receber denominação de municípios e que tiveram uma estrutura muitas das vezes de pessoas que lá representam uma capacidade quem sabe muito maior do que muitos líderes de cidades maiores e que através disso foi possível que o progresso, a prosperidade e sobretudo muita qualidade de vida fosse edificada nesses pequenos municípios de onde temos procedência. Por isso, sôme aqui ao depoimento de V.Ex.^a e quero dizer o seguinte, que se esse assunto vier a ser discutido nesta Casa de Leis, vamos atravessar o Estado do Paraná de ponta a ponta e o Brasil na luta pela permanência dessas estruturas que com muita competência um dia foram edificadas. Parabéns pela luta. Associe-me neste instante a esse compromisso.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Eu que agradeço a manifestação do Deputado. Encerro aqui com possibilidades enormes de voltar após o recesso a este assunto. Só quero reafirmar aqui dois pedidos para a Mesa, sei que tem vários dirigentes aqui, o primeiro deles: Por favor, reafirmar o convite ao Presidente da Rodonorte urgente, senão vamos transformar em convocação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador inscrito, Deputado Marcio, pelo PSD.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Senhor Presidente, Sr. Deputados, aqueles que nos assistem pela 71ª Assembleia e família do Paraná, o que me traz hoje a esta tribuna primeiro é parabenizar o sentido de minha satisfação hoje de ter participado aqui na frente no Palácio Iguaçu da entrega de viaturas para a Polícia Civil, para o Corpo de Bombeiros e para a Defesa Civil. Mais de 177 viaturas entregues. E, olha, principalmente as viaturas da Defesa Civil são viaturas que chamam muito a atenção, de primeiro mundo, com a capacidade fantástica para poder fazer salvamento de muitas e muitas vidas. E vale dizer que essas 177 viaturas se somam a quase 500 que foram entregues na semana retrasada e que fazem parte de um lote de mil viaturas que foram adquiridas e já estão pagas pelo Governo do Estado do Paraná. Já estão pagas. Então, é o Governo do Paraná na contramão da crise nacional podendo demonstrar que com boa gestão, com uma boa administração é possível fazer muita coisa. Então, não tem como negar e inclusive até me emocionei hoje quando via o Corpo de Bombeiros, os Bombeiros cantando o Hino dos Bombeiros. Acho que as pessoas que estavam lá, todas se emocionaram. Então, é uma ação indescritível, porque este é um programa que começou há muito tempo e que conta inclusive com várias formas de financiamento, inclusive com a participação do Sinepar. O Deputado Rasca, que também conhece desse assunto, recursos do Sinepar, que tem um trabalho muito grande no combate aos desastres naturais, à prevenção de problemas ocorridos em desastres naturais. E ouvi inclusive o Governador Beto Richa falando da sala de situação que já existe, quando tem uma grande chuva, uma grande intempérie, e que ele entrou no site e viu os pontos de alagamento de Francisco Beltrão - o Deputado Reichenbach não está aqui, é uma pena -, mas ele esqueceu de dizer que do Governo dele, do primeiro Governo inclusive, foi feito um trabalho muito grande de desassoreamento do Rio Marrecas, porque cada vez que chovia em Beltrão, inundava a cidade e as pessoas perdiam os seus utensílios domésticos. Isso não acontece mais. Mas gostaria aqui, hoje, de fazer uma pequena referência a um artigo que escrevi na data de ontem. Para mim é uma satisfação e foi publicado em vários blogs no Estado do Paraná. Queria fazer uma leitura rápida para os companheiros nessa pequena reflexão que fiz e que os blogs replicaram aqui no Estado do Paraná. O título do artigo que escrevi é: *O Novo é Inevitável*. O artigo diz o seguinte: "O levantamento feito pelo Instituto Paraná Pesquisas, que entrevistou eleitores entre os dias 2 e 5 de julho para saber a intenção de voto para Governador



do Paraná, confirma um movimento e revela o sentimento da maioria pelo novo. O que para alguns pode ser uma surpresa é na verdade um processo inevitável que está em evolução. Há um sentimento de mudança, de que é preciso mudar a condução da política e da gestão pública e entrar em sintonia com a vontade popular. A insatisfação da sociedade agora dá lugar à busca por uma conexão que permita às pessoas a manifestação clara desse modelo que desejam. É a busca por uma nova liderança que se comprometa com as decisões e que, acima de tudo, respeite esse sentimento da maioria. Cansado do acúmulo de descasos com o dinheiro público, escancarado pela Lava Jato, o brasileiro agora se questiona. *“O que é importante para mim? Quem realmente se importa comigo?”* No Paraná não é diferente. Por isto, a liderança de Ratinho Júnior, à frente na pesquisa em todos os cenários de disputa, revela esse sentimento de forma clara. O paranaense também está cansado das alternativas que vem se repetindo nos últimos 20 anos. A fadiga aponta para uma mudança, *“o novo é inevitável”*. Mas é preciso estar preparado para observar, compreender e atender este movimento. É necessário, portanto, valorizar formas de comunicação e de participação diretas que permitam às pessoas manifestarem-se e comprometerem-se com as decisões e esse é o processo que estamos assumindo. O PSD inicia nesta semana um movimento que vai ao encontro dos paranaenses para debater com a população de cada região os problemas, considerar as propostas conjuntas e projetar as soluções. Com o apoio do Espaço Democrático e a fundação para estudos e formação política do PSD faremos reuniões em todo o Estado, abrindo um ciclo de debate direto e ao vivo. Mais do que ouvir, vamos estabelecer um diálogo com conexões. Esses encontros, apoiados em plataformas de redes sociais, em novas tecnologias, serão a base participativa para aproximar as pessoas dos processos decisórios. Essa ação de um Paraná inovador vai em busca dos propósitos coletivos, respeitando e garantindo as individualidades. Vamos trabalhar nessa direção, sem atalhos. “Esse é um trabalho que começa a ser feito agora pelo PSC e pelo PSD. Vamos percorrer todo o Estado do Paraná, vamos iniciar a nossa agenda amanhã pelo município de Campo Mourão, cidade e município que represento, estaremos lá com o Deputado Guto Silva. Convido os demais Deputados, o Hussein Bakri, que vai estar presente, o Deputado Ney Leprevost também confirmou a sua presença e gostaria de convidar os outros Deputados do PSC, do PSD e dos Partidos também que vão acabar vindo somar neste grande projeto do Paraná Inovador. E na noite de amanhã, na quinta-feira, perdão, estaremos na cidade de Londrina também fazendo uma grande reunião. Então, convido a todos. E dizer, minha gente, que é uma satisfação muito grande poder neste momento estar fazendo parte e ajudando a construir a história do Paraná. Lembrando sempre que a história e a vida é construída por momentos simbólicos e esse é mais um momento simbólico da história do Paraná inovador. Muito obrigado. Felicidades a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademir Traiano - PSDB): PSB, PSC, PMDB, PSDB: Bloco PPS/PTB/PV; Bloco PP/PMN/SD, Bloco PRB/PSL/PPL, PDT, DEM, Liderança do Governo. Está declinando a Liderança do Governo, por estar ausente. Vamos zelar o painel e registrar as presenças. Liderança da Oposição Declina a Liderança da Oposição. Encerrado o horário do Expediente, passamos à **Ordem do Dia**. Por favor, Sr. Deputados, peço que registrem as presenças, estamos com quórum muito pequeno, precisamos de quórum aqui para votação.

ORDEM DO DIA

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações registradas por meio do painel eletrônico e constantes nos relatórios transcritos em cada item, exceto quando efetuada a votação simbólica. Para cômputo do quórum para as votações e em observância aos arts. 96 e 97 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelson Ribeiro (PSL), Ademir Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alexandre Curi (PSB), Alexandre Guimarães (PSD), Andre Bueno (PSDB), Aníbelli Neto (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Claudia Pereira (PSC), Claudio Palozzi (PSC), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PPS), Delegado Recalcatti (PSD), Dr. Batista (PMN), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Evandro Junior (PSDB), Felipe Francischini (SD), Fernando Scanavacca (PDT), Francisco Bühner (PSDB), Gilberto Ribeiro (PRB), Guto Silva (PSD), Hussein Bakri (PSL), Jonas Guimarães (PSB), Luís Corn (PSC), Luiz Carlos Martins (PSD), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (PPL), Marcio Pauliki (PDT), Missionário Ricardo Arruda (DEM), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Pastor Edson Praczyk (PRB), Paulo Lator (PSDB), Pedro Lupion (DEM), Péricles de Mello (PT), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Rasca Rodrigues (PV), Reichembach (PSC), Requião Filho (PMDB), Schiavinato (PP), Stephanes Junior (PSB), Tadeu Veneri (PT), Terecilo Turim (PPS), Tiago Anaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB)]

(50 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Cantora Mara Lima (PSDB) e Mauro Moraes (PSDB) (dois Parlamentares); Deputados ausentes justificadamente: Gilson de Souza (PSC, conforme Protocolo n.º 3.590/2017, de acordo com o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno); e Maria Victória (PP, conforme Protocolo n.º 3.490/2017, de acordo com inciso II do art. 104 do Regimento Interno) (dois Parlamentares).]

Projetos que necessitam de apoio

Projetos de Lei (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação): **Protocolo n.º 3.515/2017 (autuado sob o n.º 333/2017)**, do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição estadual no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, ICMS, no âmbito do Estado do Paraná; **Protocolo n.º 3.516/2017 (autuado sob o n.º 334/2017)**, do Deputado Reichembach, que concede o título de utilidade pública à Comunidade Bethania, com sede no município de Iriti; **Protocolo n.º 3.570/2017 (autuado sob o n.º 335/2017)**, da Deputada Claudia Pereira, que institui no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o Dia da Conscientização e Prevenção da Síndrome Alcolólica Fetal; **Protocolo n.º 3.580/2017 (autuado sob o n.º 336/2017)**, do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública o Instituto Princesa Benedikte, com sede no município de Curitiba; **Protocolo n.º 3.581/2017 (autuado sob o n.º 337/2017)**, do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação Guareense de Pessoas com Deficiência Vida Nova, Agape-Viva, com sede no município de Guaira; **Protocolo n.º 3.584/2017 (autuado sob o n.º 338/2017)**, do Deputado Felipe Francischini, que obriga as empresas de planos de saúde a informarem a autorização ou não, quando o paciente for idoso, de todos os exames que exijam análise prévia em um prazo máximo de 24 horas

Senhores Deputados, por favor, atenção. Senhores Deputados e Deputadas, após a Sessão eu os convoco para estarem na Sala da Presidência para tratarmos de um assunto de interesse de todos. Então, por favor, após a Sessão, peço a todos que estejam presentes.

Temos cinco Redações Finais, faremos votação simbólica

Passamos aos itens da pauta

(Iniciou-se a votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 - Redação Final do Projeto de Lei n.º 248/2015, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede ao município de Lunardelli o título de Capital Paranaense da Fé em Santa Rita de Cássia.

ITEM 2 - Redação Final do Projeto de Lei n.º 482/2016, de autoria da Deputada Claudia Pereira e dos Deputados Pastor Edson Praczyk e Gilson de Souza, que disciplina a utilização do colar de proteção e de blindagem adequada quando da realização de exames nos quais ocorra a emissão de radiação

ITEM 3 - Redação Final do Projeto de Lei n.º 573/2016, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que reconhece a profissão de condutor de ambulância

ITEM 4 - Redação Final do Projeto de Lei n.º 151/2017, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 10/2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2018

ITEM 5 - Redação Final do Projeto de Lei n.º 281/2017, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 681/2017, que transforma cargos de provimento em comissão e funções comissionadas da Secretaria do Tribunal de Justiça previstos nas Leis Estaduais n.º 9.532, de 9 de janeiro de 1991, n.º 11.719, de 12 de maio de 1997, e n.º 17.474, de 2 de janeiro de 2013.

Deputados que aprovam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Aprovados**

(Procedeu-se à votação por meio do painel eletrônico, conforme relatório transcrito.)

ITEM 6 - 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 493/2016, de autoria do Deputado Dr. Batista, que dispõe sobre a realização do teste do quadril nos recém-nascidos nas maternidades públicas e privadas. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso. Substitutivo Geral de Plenário